

HOME PAGE

EDITORIAL



CELSO FILIPE

Subdirector

cfilipe@negocios.pt

Tudo bons rapazes

A partir do momento em que Isaltino Morais anunciou a sua candidatura a Oeiras, entrando em compita com o seu ex-delfim e actual presidente da Câmara, Paulo Vistas, percebeu-se que a eleição autárquica neste concelho possuía todos os ingredientes para se tornar polémica, mais que não fosse pela putativa troca de argumentos acesos entre ambos.

Até porque Isaltino Morais, que cumpriu dois anos de prisão pelo crime de branqueamento de capitais e escreveu um livro sobre esta sua experiência, excluiu em 2015 a possibilidade de regressar à vida política, uma promessa que só durou dois anos.

O que poucos esperavam foi o que sucedeu depois. Um juiz, Nuno Cardoso de sua graça, resolveu indeferir a candidatura de Isaltino Morais e de uma outra candidata ao lugar, Sónia Gonçalves, alegando “irregularidades” na identificação dos candidatos das listas.

Soubes-se depois que o referido juiz foi padrinho de casamento de Paulo Vistas e que, estando colocado em Sintra, se propôs a fiscalizar o processo eleitoral em Oeiras, apresentando como argumento o facto de este município ser próximo da sua residência.

Depois disso, um despacho do Tribunal de Oeiras, emitido na sexta-feira – e noticiado pela agência Lusa na segunda-feira –, veio informar que os requerimentos de incidente de suspeição apresentados pelo grupo Inovar Oeiras de Volta e pelo movimento independente Renascer Oeiras 2017 “não se justificam”, uma vez que o juiz Nuno Cardoso, que chumbou as candidaturas, esteve de turno de 1 a 8 de Agosto e “não mais terá intervenção no processo eleitoral”.

Pelo caminho, Paulo Vistas acusou Isaltino Morais de o ter difamado e sublinha que “uma decisão judicial não pode justificar a levandade das insinuações” feitas por alguém que, em sua opinião, “já perdeu todos os argumentos legais”.

Toda esta história rocambolesca poderia ser evitada com uma simples atitude, a do juiz, de se afastar de um processo em que as suas decisões poderiam ser postas em causa pela proximidade em relação a um dos candidatos. Não só não o fez, como se predispôs a analisar as candidaturas a Oeiras.

Os factos são estes e não abonam a favor de nenhum dos envolvidos. Antes pelo contrário, contribuem para contaminar a imagem de dois poderes, o autárquico e o judicial, que deviam ser confiáveis. Em nome de quê? Ainda mais quando o tribunal, na segunda-feira, acaba por autorizar a candidatura de Isaltino, contrariando o despacho do anterior juiz. Tudo bons rapazes. ■